

As Origens dos Cursos Técnicos de Agrimensura

The origins of Surveying Technical Courses

Recebido: 12/05/2024 | **Revisado:**
01/09/2024 | **Aceito:** 12/09/2024 |
Publicado: 04/04/2025

Cesar Rogério Cabral

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4170-4410>
Instituto Federal de Santa Catarina
E-mail: ccabral@ifsc.edu.br

Julia Cucco Dalri

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4237-8880>
Instituto Federal de Santa Catarina
E-mail: juliacucco@yahoo.com.br

Como citar: CABRAL, C. R.; DALRI, J. C. As Origens dos Cursos Técnicos de Agrimensura. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 01, n. 25, p.1-28 e17015, abril. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar as pesquisas relativas à trajetória histórica para a criação e a regulamentação dos cursos técnicos de agrimensura, bem como os primeiros cursos efetivamente implantados. Para isto uma ampla pesquisa foi realizada em arquivos nacionais, nos materiais mantidos pelas escolas e em livros e artigos sobre o tema, além de reunir a legislação que contempla o ensino e a regulamentação do agrimensor. O Decreto nº 20178 de dezembro 1945 estabeleceu o curso de agrimensura como sendo de nível técnico após uma longa discussão sobre qual grau de formação seria mais adequado. A regulamentação apresentou as disciplinas a serem ofertadas. São seis escolas pioneiras, todas particulares, que inicialmente ofertaram os cursos devidamente reconhecidos.

Palavras-chave: Agrimensura; Curso técnico; Escolas técnicas; agrimensor.

Resúmen

El objetivo de este artículo es presentar una investigación sobre la trayectoria histórica de la creación y regulación de los cursos de agrimensor técnico, así como los primeros cursos realmente implantados. Para ello, se realizó una amplia investigación en los archivos nacionales, en los materiales conservados por las escuelas y en libros y artículos sobre el tema, además de cotejar la legislación sobre la enseñanza y la reglamentación de los agrimensores. El Decreto nº 20178 de diciembre de 1945 estableció el curso de agrimensura como de nivel técnico tras un largo debate sobre qué nivel de formación sería el más adecuado. El reglamento establece las materias que deben impartirse. Fueron seis las escuelas pioneras, todas privadas, que ofrecieron inicialmente los cursos debidamente reconocidos.

Palabras clave: Topografía; Curso técnico; Escuelas técnicas; Topógrafo.

Abstract

This article aims to present research related to the historical path of the creation and regulation of surveying technical courses, as well as the first courses to be effectively implemented. For this purpose, a wide research was carried out in Brazilian national archives, in materials maintained by schools and in books and articles on the topic, besides gathering laws that contemplate the surveyor education and regulation. Decree No. 20178 of December 1945 established the course of surveying as being of technical level after a long discussion on which education degree would be more adequate. The regulation presented the classes to be offered. Six private schools were pioneers in offering the officially recognized courses.

Keywords: Surveying; Technical course; Technical school; Surveyor.

1 INTRODUÇÃO

A criação dos cursos técnicos em agrimensura no Brasil percorreu uma longa trajetória, objeto deste estudo, passando pela criação da disciplina de agrimensura no ensino primário às discussões sobre a profissão do agrimensor. O entendimento de como se daria a formação e a regulamentação do profissional da medição perpassou por legislações com muitas divergências e discussões sobre em qual nível de escolaridade se enquadrariam os futuros agrimensores.

Há registros de que o ensino de agrimensura fez parte do currículo estudantil desde o tempo do império como uma disciplina no curso primário, posteriormente, já no final do império e início da república, foi ofertado como um curso intermediário e um curso superior simultaneamente em várias instituições para o ensino do ofício.

Paralelamente à regulamentação da profissão de agrimensor, também foi exigido um diploma de curso regular ou de cursos que não mais se enquadravam nesta nova regulamentação. Com isto, tinha-se um impasse entre o ensino e a profissão.

A situação perdurou até que, em 1945, quando se determinou que a formação em agrimensura fosse assumida como nível industrial, citando a regulamentação profissional (MES, 1945, p. 3). Nesta ocasião, seis escolas técnicas foram legalmente habilitadas a diplomar agrimensores. Em 1957 foi aprovado um curso de engenharia de agrimensura, quando finalmente ficou legalmente definida a oferta em dois níveis de formação (BRASIL, 1957).

Os materiais pesquisados, grande parte leis e decretos encontrados, direcionaram o entendimento sobre o desenvolvimento do ensino da agrimensura no país. Livros e artigos sobre o tema foram consultados, além de materiais advindos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas no arquivo Gustavo Capanema - Ministério da Educação e Saúde - Educação e Cultura. Também foram fundamentais os jornais e revistas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Além destes, contribuíram para os resultados os materiais mantidos pelas instituições de ensino envolvidas, citando-se os arquivos do Centro Histórico e Cultural Mackenzie, que permitiu conhecer as particularidades de uma das escolas que deram origem ao cursos de Agrimensura.

O levantamento documental permitiu que se pudesse reconstituir o percurso histórico que precedeu os atuais modelos de currículos e de escolas de Agrimensura que se dispõe no país.

2 DA AGRIMENSURA E DOS AGRIMENSORES

Desde as primeiras discussões sobre o ensino primário, ainda no tempo do Império, há registro de serem incluídos estudos de agrimensura e geometria nos currículos escolares da época (Fonseca, 1986). Medir, calcular, dividir e representar áreas eram habilidades úteis, e, por isso, os conhecimentos relacionados a esta área de atuação deveriam constar na formação inicial dos educandos.

As Escolas Militares neste período também possuíam em seus currículos conteúdos específicos de topografia e geodésia. E neste caso, por formarem Engenheiros Geógrafos e Topógrafos na mesma instituição, tais escolas reconheciam e habilitavam seus egressos para desempenhar o ofício.

Apenas em 1854, o Decreto nº 1318, que regulamentou a Lei de Terras de 1850, denominou como Agrimensor o profissional responsável pelas medições territoriais (Brasil, 1854). As publicações legais seguintes estabeleciam os critérios para o exercício da profissão, sem, contudo, citar quais escolas formariam os agrimensores.

Em 1874, quando da regulamentação da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 5600, propôs-se um curso acessório para a formação de agrimensores. Tratava-se de conteúdo complementar a outras formações que a instituição oferecia, agregando-se mais este título profissional ao egresso (Brasil, 1874). Além desta possibilidade, manteve-se por muitos anos a oferta dos exames como forma de obtenção do título de agrimensor na própria Escola Polytechnica, no Curso de Infantaria e Cavallaria em Porto Alegre e posteriormente na Escola de Minas de Ouro Preto (BRASIL, 1878).

No parecer sobre a reforma do ensino secundário e superior em discussão na Câmara dos Deputados, que teve como relator o senador Ruy Barbosa, sobre a necessidade de um curso de agrimensura, afirmou-se que: “o curso de agrimensura habilita para uma das profissões de mais utilidade e necessidade mais instante neste paiz” (Câmara dos Deputados, 1882, p.48)

Apesar da notória valorização, a legislação que regulamentava a profissão não estava em perfeita concordância com as diretrizes da educação. Cada qual adotava critérios diferentes sobre a quem se concederia um diploma e, por conseguinte, quem teria o direito de exercer a profissão.

No século seguinte, já em 1906, o Decreto nº 1531, buscando oferecer um único regramento, estabeleceu critérios para a matrícula em diversos cursos, dentre eles, o de agrimensura (Brasil, 1906). Buscavam-se condições e critérios comuns em diferentes escolas, liceus e institutos que se espalhavam pelo país, pois nem todas as instituições estavam habilitadas a diplomar os egressos.

Os autores encontraram em pesquisas preliminares sobre os cursos que de alguma forma habilitaram profissionais para exercerem a agrimensura desde 1810 até 1935 em vários estados brasileiros. Localizaram mais de 50 cursos com denominações e duração diversas com a finalidade de formar agrimensores.

Alguns destes cursos de agrimensura foram os primeiros oferecidos na área de engenharia, dando origens as atuais universidades brasileiras. A exemplo se tem o curso ministrado na cidade de Manaus em 1910 (Brito, 2009) e o curso do Instituto Polythecnico de Florianópolis em 1917 (Vieira, 1986).

3 A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

O termo Agrimensor para designar o profissional dedicado a medição e a demarcação de terras no Brasil foi adotado oficialmente em 1854, na regulamentação

da Lei de Terras de 1850. Seriam agrimensores aqueles habilitados em escolas que ensinassem topografia ou na falta de título, os que fossem aprovados em exames específicos (Brasil, 1854).

Em 1863, através do Decreto nº 3198, foram criadas duas formas de registro profissionais para habilitar o exercício legal da profissão, sendo a primeira delas, a partir do Ministério de Obras Públicas. Tinham direito a requerer esta forma de registro os habilitados em escolas reconhecidas, principalmente as militares, e os que já realizavam trabalhos para o governo. A segunda forma de registro era realizada nas Províncias no livro dos agrimensores (Brasil, 1863).

Certo tempo depois, em 1878, uma nova regulamentação foi publicada por força do Decreto nº 6922, determinando que os diplomas de agrimensores só poderiam ser expedidos por duas escolas no país. Eram elas, a Politécnica do Rio de Janeiro e a escola de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul, ambas aplicando exames teóricos e práticos para aqueles que possuísem conhecimento para exercerem a profissão (Brasil, 1878).

Passada quase uma década, em 1887 o Decreto nº 9827, passou a detalhar os requisitos para se obter o título de Agrimensor e acrescentou a Escola Politécnica de Ouro Preto de Minas Gerais como habilitada para expedir diplomas. O Artigo 2º deste Decreto estabelecia as disciplinas que deveriam ser cursadas ou validadas por meio de aprovação em exames, são elas:

portuguez, francez, geographia, arithmetica, algebra, geometria plana e no espaço, trigonometria rectilinea, cosmographia, noções geraes de physica, especialmente de optica; desenho linear geometrico, desenho topographico, topographia, comprehendendo planimetria, nivelamento e agrimensura; pratica de trabalhos de campo e redacção das respectivas memorias; legislação de terras (Brasil, 1887, p.1).

Com a mudança da legislação educacional, que passou a dar poderes aos Estados e à União para reconhecerem os diplomas expedidos por estas escolas, vários cursos em todo o Brasil foram sendo criados do Rio Grande do Sul ao Amazonas, para preparar os candidatos para os exames ou para formarem agrimensores.

Com o natural desenvolvimento e a necessidade de contratação de mão de obra qualificada para executarem os trabalhos relativos aos campos da engenharia, da arquitetura e da agrimensura, foi baixado o Decreto nº 23569 de dezembro de 1933, que pretendia regulamentar o exercício destas profissões. Passava-se a exigir o diploma universitário para estes profissionais sendo criados os conselhos regionais profissionais, a exemplo do Crea – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (denominação à época) (Brasil, 1933).

Tinham-se então, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, escolas com cursos de agrimensura que expediam diplomas que habilitavam aos concluintes a exercerem a profissão de agrimensor. Criados os conselhos profissionais que exigiam a inscrição e o reconhecimento destes cursos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública teve-se um impasse em relação a qual nível de ensino pertenciam os cursos, se superior ou médio.

Apesar da profissão de agrimensor ser incluída na regulamentação de 1933, foram consideradas atribuições do agrimensor os trabalhos topográficos e as vistorias e arbitramentos relativos à agrimensura (Brasil, 1933 artigo 36°). Porém, para engenheiros civis, mecânicos, eletricitas, industriais e geógrafos foram dadas atribuições de trabalhos topográficos e geodésicos, o que na prática permitia a estes profissionais a realizarem todo tipo de levantamentos sem distinção dos relativos à agrimensura, por absoluta falta de conceito sobre os trabalhos que deveriam ser exclusivos de agrimensores.

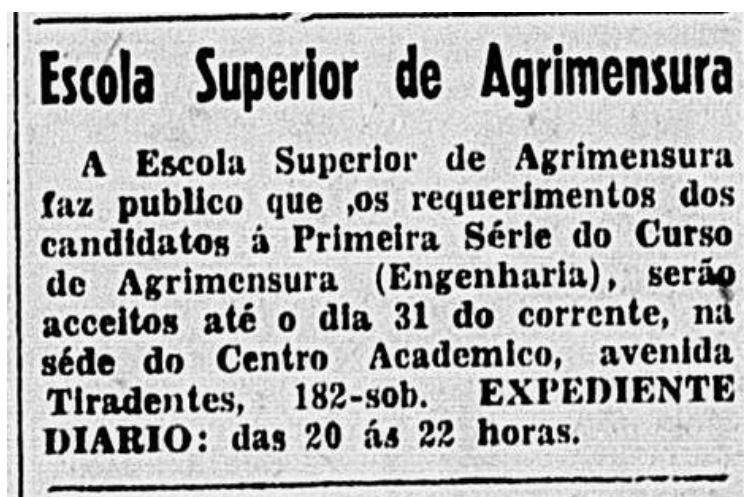
4 A ESCOLA SUPERIOR DE AGRIMENSURA DE SÃO PAULO

Em 1935 o Agrônomo Antônio de Santana Pereira fundou na cidade de São Paulo um curso de agrimensura que se denominava superior e que prometia em três anos diplomar seus concluintes como agrimensores (EPA, 2024, p. 1). Para ingresso era necessário o certificado de conclusão do curso ginásial. Segundo documento da Escola de Agrimensura (1940, p. 1-2). O curso era formado pelas seguintes cadeiras:

- 1ª série: agrimensura, matemática e desenho geométrico e topográfico;
- 2ª série: agrimensura, matemática e desenho topográfico; e
- 3ª série: agrimensura, matemática e desenho topográfico e legislação de terras.

Na disciplina de agrimensura estavam previstas aulas práticas em campo totalizando 54 horas anuais. A escola utilizava os jornais para chamada aos futuros alunos como apresentado na Figura 1.

Figura 1: Anúncio em jornal divulgando abertura de vagas no Curso da Escola Superior de Agrimensura



Fonte: Jornal Correio Paulistano 1940, 28 de janeiro de 1940

Formados os primeiros agrimensores em 1937, estes foram habilitar seus diplomas no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura (CREA) e tiveram seus registros negados em função da falta de reconhecimento pelo Ministério

da Educação e pela indefinição sobre em qual nível o curso da escola superior de agrimensura se enquadrava (MES, 1945, p. 3).

A situação levou o Sr. Antônio Pereira a requerer no final do ano de 1938 o reconhecimento do curso junto ao Ministério da Educação e Saúde (MES) como sendo de nível superior. O Processo de nº 107/39 juntou várias petições para viabilizar a existência do curso (MES, 1945). Durante toda a tramitação, apesar das inúmeras derrotas sofridas, o curso continuou em funcionamento e a formar agrimensores.

O desfecho do processo se deu no Parecer nº 103, de maio de 1945, tendo como relator o professor Josué Cardoso d’Affonseca (MES, 1945, p.3), que concluiu que:

- A Escola Paulista não é considerada de ensino superior e deveria ser proibido seu funcionamento;
- Os diplomados poderiam atuar a título precário em locais onde não tivessem profissionais habilitados, conforme a legislação profissional;
- Os cursos de agrimensura deveriam ser incluídos no plano das escolas industriais.

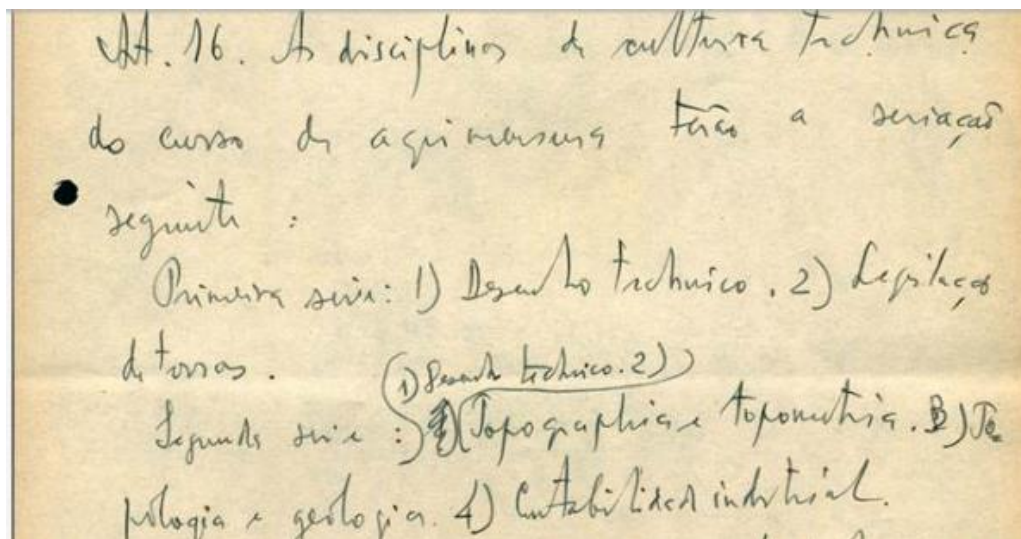
A partir deste Parecer foi criada uma comissão encarregada de estudar a inclusão do curso de agrimensura como modalidade de ensino industrial.

5 OS CURSOS INDUSTRIAIS E O CURSO DE AGRIMENSURA

Quando dos estudos iniciais da Lei orgânica do ensino industrial, o Decreto-lei nº 4073 de janeiro de 1942 (BRASIL, 1942) e sua regulamentação através do Decreto nº 8673 de fevereiro de 1942 (BRASIL, 1942), que aprovava o regulamento do quadro dos cursos do ensino industrial, figurava entre os cursos o de agrimensura inclusive com uma seção própria.

De próprio punho o ministro Gustavo Capanema descrevia o curso de agrimensura, apresentado na Figura 2, informando quais as disciplinas técnicas deveriam constar do currículo e sua distribuição nas três séries previstas.

Figura 2: Esboço do quadro de disciplinas propostas para o curso técnico de Agrimensura elaborado por Gustavo Capanema.



Fonte: FGV CPDOC, arquivo Gustavo Capanema - Ministério da Educação e Saúde, GC g 1935.10.18/2 (4).

Figurava nos estudos sobre os cursos industriais, em seus artigos 147 e 148, quais as disciplinas técnicas e como seriam distribuídas durante o curso: 1-desenho técnico; 2- topografia e topometria; 3- topografia e hidrologia; 4- topologia e geologia; 5- legislação de terras; 6- estradas de ferro e de rodagem; 7- desenho cartográfico; 8- contabilidade industrial; 9- higiene industrial; 10-organização do trabalho. Sendo na 1ª série: desenho técnico e legislação de terras. Na 2ª série: desenho técnico, topografia e topometria, topologia e geologia, contabilidade industrial. Na 3ª série: topografia e hidrologia, estradas de ferro e de rodagem, desenho cartográfico, contabilidade industrial, higiene industrial, organização do trabalho (Capanema, 1935, p.58).

Quando da publicação do Decreto nº 8673 de fevereiro de 1942 (Brasil, 1942) não estava contemplado o curso de agrimensura, apenas uma seção da indústria da construção civil onde constavam os cursos de Edificações e de Pontes e Estradas. Prevaleceu neste momento a ideia de que deveria ser superior um curso para formar agrimensores, embora em alguns pareceres anteriores já apontassem divergência sobre em qual nível caberia ser enquadrado (Brasil, 1942).

Com a decisão proferida pelo relator, professor Josué Cardoso d’Affonseca, no Processo 107/39, que sugeriu a inclusão do curso de agrimensura como de nível industrial, foi emitido o Parecer nº 223 do Conselho Nacional de Educação, de outubro de 1945, recomendando a inclusão deste curso na seção de indústria de construção com duração de três anos com as seguintes disciplinas:

Cultura geral: Português; Francês ou Inglês; Matemática; Física; Química; História natural; História universal; e Geografia geral.

Cultura técnica: Tecnologia; Desenho técnico; Cartografia; Complementos de matemática; Legislação de terras; Topografia e Noções de Geodésia; Astronomia de Campo; e Hidrologia do solo.

Comuns técnicos: Higiene industrial; Organização do trabalho; e Contabilidade industrial (MES, 1945, p.2).

As disciplinas do módulo de Cultura geral e Comuns técnicos compunham o currículo de todos os cursos profissionais. As disciplinas de Tecnologia, Desenho Técnico e Complementos de Matemática do módulo de Cultura técnica também estavam presentes nos cursos de Edificações e de Pontes e Estradas, pertencentes à Secção de Indústria da Construção do quadro do ensino industrial (MES, 1945).

No mesmo parecer aventaram a hipótese de reconhecimento dos diplomas emitidos pela então Escola Paulista assim que fosse criado legalmente o Curso Técnico de Agrimensura, em substituição ao curso superior cancelado por força da decisão (MES, 1945).

Em 12 de dezembro de 1945, por meio do Decreto nº 20178 finalmente alterava-se o quadro de cursos de indústria de construção, incluindo o curso técnico de agrimensura (Brasil, 1945).

O novo curso, em consonância ao Parecer nº 223 do Conselho Nacional de Educação, de outubro de 1945, ofereciam as disciplinas de cultura técnica, assim nomeadas: Tecnologia; Desenho técnico; Complementos de matemática; Cartografia; Legislação de terra; Topografia e noções de geodésia; Astronomia de campo; e Hidrologia do solo.

Em janeiro de 1946, através de duas portarias expedidas pelo Ministério da Educação, foram definidas as disciplinas e a distribuição das cargas horárias durante os três anos de duração do curso técnico em agrimensura (DOU, 1946, p.1100).

A Portaria nº 23 (DOU, 1946, p.1100) trazia a distribuição geral das disciplinas por série e a portaria nº 24 detalhava o tempo destinado para algumas disciplinas, conforme Quadro 1, sendo de 50 minutos o padrão, bem como a quantidade recomendado de alunos por sala, sendo 45 o número máximo.

Quadro 1: Detalhe da distribuição por série e o número de aulas de cada disciplina conforme proposto na Portaria nº 23.

Seriação	I série	II série	III série
Disciplinas de Cultura Geral			
Português	3	3	3
Francês ou Inglês	2	3	3
Matemática	5	-	-
Física	3	-	-
Química	3	-	-
História Natural	-	2	-
História Universal	6	-	2
Geografia geral	-	2	-
Disciplinas de Cultura Técnica			
Higiene Industrial	-	-	1
Organização do trabalho	-	-	2
Contabilidade Industrial	-	2	2

Tecnologia	3	-	-
Desenho Técnico	6	6	-
Cartografia	6	3	4
Complementos de Matemática	-	3	-
Legislação de Terras	-	-	4
Topografia e Noções de Geodésia	12	12	6
Astronomia de Campo	-	-	10
Hidrologia do solo	-	2	3
Educação Física	3	2	2
Canto Orfeônico	1	1	1
Total	41	41	41

Fonte: Diário oficial da União de 22 de janeiro de 1946

Da análise do Quadro 1, publicado no Diário Oficial, percebe-se a diferença na somatória indicada no “Total”. Os valores corretos para o número de aulas apontadas por série são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Atualização do Quadro 1 com a distribuição por série e o número de aulas de cada disciplina conforme proposto na Portaria nº 23 com somatório das aulas corrigido

Seriação	I série	II série	III série
Disciplinas de Cultura Geral			
Português	3	3	3
Francês ou Inglês	2	3	3
Matemática	5	-	-
Física	3	-	-
Química	3	-	-
História Natural	-	2	-
História Universal	6	-	2
Geografia geral	-	2	-
	22	10	8
Disciplinas de Cultura Técnica			
Higiene Industrial	-	-	1
Organização do trabalho	-	-	2
Contabilidade Industrial	-	2	2
Tecnologia	3	-	-
Desenho Técnico	6	6	-
Cartografia	6	3	4
Complementos de Matemática	-	3	-
Legislação de Terras	-	-	4
Topografia e Noções de Geodésia	12	12	6
Astronomia de Campo	-	-	10
Hidrologia do solo	-	2	3

Educação Física	3	2	2
Canto Orfeônico	1	1	1
	31	31	31
Total	53	41	39

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Destaca-se a elevada carga horária estabelecida, impossibilitando a realização do curso em apenas um período do dia, diferentemente de outros cursos técnicos que possuíam cargas horárias bem inferiores a estabelecida nesta portaria. São exemplo os cursos de secretariado e de estatísticas, que tinham apenas 18 aulas semanais por série, conforme publicado na mesma seção do Diário Oficial (DOU, 1946).

Com a grade e a carga horária definidas, as escolas de agrimensura passaram a solicitar o reconhecimento ao Ministério da Educação. A demanda exigiu das escolas a adequação dos conteúdos para ofertar o curso técnico de agrimensura após a regulamentação do curso em nível nacional.

6 OS PRIMEIROS CURSOS TÉCNICOS DE AGRIMENSURA RECONHECIDOS

Com a aprovação do Decreto nº 20178 de dezembro 1945 (Brasil, 1945) seguida de sua regulamentação em janeiro de 1946, as escolas que tinham interesse em oferecer ou reconhecer seus cursos de agrimensura solicitavam ao Ministério da Educação autorização para seu funcionamento.

Entre os anos de 1947 e 1953 foram encontrados seis decretos reconhecendo os primeiros Cursos Técnicos de Agrimensura, o Quadro 3 apresenta os cursos reconhecidos e seus respectivos decretos.

Quadro 3: Registro dos primeiros cursos técnicos de Agrimensura reconhecidos conforme dada e Decreto de criação.

Mês/Ano	Decreto	Escola Técnica	Estado
02/1947	22.546	Mackenzie	São Paulo
04/1947	22.978	Paulista de Agrimensura	São Paulo
11/1949	27.435	IDOPP	Rio de Janeiro
11/1950	28.907	Agrimensura do Pará	Pará
06/1952	30.941	Agrimensura de Araraquara	São Paulo
11/1953	34.462	Álvaro da Silveira	Minas Gerais

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A partir de uma breve contextualização, apresenta-se a particularidade de cada uma das seis escolas que deram origem à formação profissional de técnicos agrimensores legalmente habilitados no Brasil.

6.1 ESCOLA TÉCNICA MACKENZIE

O Instituto Mackenzie teve sua origem em 1870 na Escola Americana de orientação evangélica presbiteriana. (Revista Mackenzie, 1948, p. 16). Quando da criação do curso de agrimensura, a instituição estava dividida em quatro frentes de ensino: uma escola de engenharia, que ofertava o curso de engenharia civil desde 1896; uma faculdade de filosofia ciências e letras; uma escola de comércio, um colégio com curso ginásial e clássico científico; e uma escola técnica.

A escola técnica foi criada em 1932, com ingresso através de exame vestibular para os que tivessem completado a quarta série do curso ginásial fundamental. Nesta época, ofertava os cursos de química industrial, eletrotécnica, desenho industrial e em 1947 passou a oferecer agrimensura (Instituto Mackenzie, 1948, p. 34).

O curso de agrimensura para o qual havia sido pedida autorização para funcionar no início de 1946, teve despacho favorável apenas em 7 de fevereiro de 1947, quando pelo Decreto nº 22546 foi concedido reconhecimento ao curso (Brasil, 1946).

Após aprovação em 1947 foi realizado o primeiro exame vestibular com cinco candidatos, nenhum foi aprovado (Escola Técnica Mackenzie, 1947, p.3). Em 1948 após nova oferta do exame vestibular foram aprovados quatro alunos, sendo considerado este então o ano de início efetivo do curso com os quatro alunos matriculados (Escola Técnica Mackenzie, 1948, p.5). O curso diurno concluído em três anos tinha as seguintes disciplinas técnicas, seguindo as orientações da portaria de 1946 (Revista Mackenzie, 1947-1948, p.35). O curso também possuía uma parte voltada as disciplinas de Cultura Geral considerando ser integrado ao ensino médio. (Mackenzie, 1947-1948). As disciplinas oferecidas estão relacionadas no Quadro 4.

Quadro 4: Registro dos primeiros cursos técnicos de Agrimensura reconhecidos conforme dada e Decreto de criação

Série	Disciplinas técnicas	Disciplinas integradas
Primeira	Tecnologia; Cartografia; Topografia e Noções de Geodésia.	Português; Inglês; Matemática; Física; Química.
Segunda	Desenho Técnico; Cartografia; Complementos de Matemática; Topografia e Noções de Geodésia; Hidrologia do solo; Contabilidade Industrial.	Português; Inglês; História Natural; Geografia.
Terceira	Cartografia; Legislação de Terras; Topografia e Noções de Geodésia; Astronomia de Campo; Hidrologia; Organização do Trabalho; Higiene Industrial.	Português; Inglês; História Universal.

Apesar de iniciar com um pequeno número de matrículas, o curso foi ganhando reconhecimento e aumentando a quantidade de ingressantes. Em 1951, matricularam-se 20 alunos; em 1952, 18 alunos; em 1953, 21 alunos; e em 1954, 19 alunos (Escola Técnica Mackenzie, 1954, p.1).

A Escola Técnica Mackenzie possuía estrutura física e de pessoal consolidadas devido à atividade anterior em seus cursos técnicos e superiores. No caso das disciplinas mais específicas destacavam-se os professores Mauro Cesar Silveira que atuava em 6 disciplinas do Curso de Agrimensura e Hardy Lopes Giusti, que atuava em três disciplinas do Curso de Agrimensura e em duas do Curso de Eletrotécnica (Escola Técnica Mackenzie, 1954, p.3). O curso contava com laboratórios e um grupo de professores comuns à outras disciplinas, o que facilitou a implantação do curso de agrimensura como um gabinete de topografia (Figura 3).

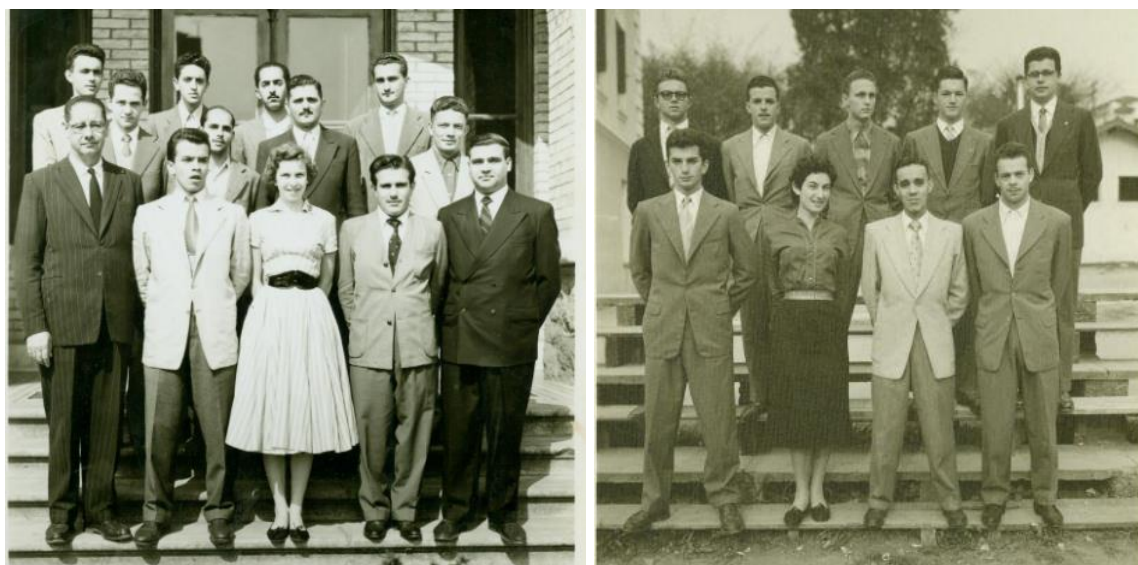
Figura 3: Gabinete de topografia utilizado no curso de Agrimensura da Escola Mackenzie no Estado de São Paulo.



Fonte: Revista GE n°22 1959, p40

Apesar de os cursos de agrimensura nesta época formarem majoritariamente homens, chama a atenção na turma de formandos de 1954 a jovem Medi Pülschen e em 1955 a formanda Cecília Struck, que estão presentes na Figura 4.

Figura 4: Alunos do curso de Agrimensura, 1954(E) e 1955 (D), relatórios da Escola Técnica Mackenzie 1954 e 1955. Única aluna mulher na turma de 1954, Medi Pülschen e formanda Cecília Struck, da turma de 1955.



Fonte: Relatórios da Escola Técnica Mackenzie 1954 (E) e 1955 (D)

6.2 ESCOLA PAULISTA DE AGRIMENSURA

A Escola Paulista de Agrimensura foi criada em 1935 com o nome de Escola Superior de Agrimensura oferecendo um curso de três anos para a formação de agrimensores (EPA, 2024). Através do Decreto do Governo Federal nº 22978 de 22 de abril de 1947, (Brasil, 1947) assinado pelo Presidente da República Eurico General Dutra o curso foi reconhecido como nível técnico de agrimensura. Conforme o Decreto, a entidade mantenedora da instituição era o Centro Paulista de Ensino Rural. Na ocasião da publicação do decreto, retirou o termo “superior” do nome, adotando o nome da atual logomarca apresentada na Figura 5.

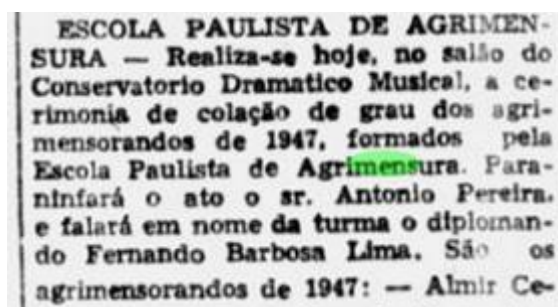
Figura 5: Logomarca da Escola Paulista de Agrimensura



Fonte: <https://escolapaulistaagrimensura.org.br/>

O Curso Técnico de Agrimensura da Escola Paulista de Agrimensura foi registrado no MEC sob o nº 106, conforme publicado Diário Oficial nº 9, Seção I de 28 de abril de 1947 (DOU, 1947, p.1). Ainda que o reconhecimento coubesse apenas para alunos concluintes a partir desta data, na prática, a Escola Paulista considerou que seus egressos formados desde 1937 poderiam solicitar registro como técnicos e/ou como engenheiros. A Figura 6 apresenta um anúncio em jornal de 1947 divulgando a colação de grau dos primeiros técnicos em agrimensura formados no Brasil pela Escola Paulista de Agrimensores.

Figura 6: Anúncio da colação de grau dos primeiros técnicos em agrimensura formados no Brasil pela Escola Paulista de Agrimensores.



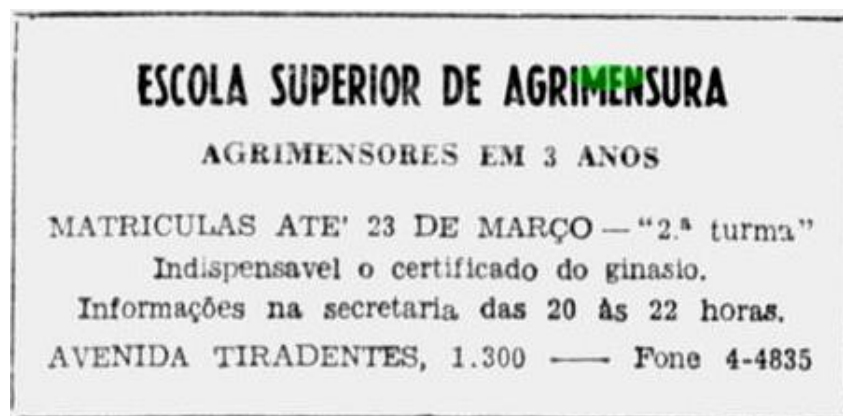
Fonte: Jornal Diário da Noite 20 de dezembro de 1947, p. 5

A instituição iniciou suas atividades na Avenida Tiradentes, nº 1300, localizada no bairro Centro, na Cidade de São Paulo. Em 1947 mudou-se para a Rua dos Ingleses, nº 562, no bairro da Bela Vista, e, 5 anos depois, em janeiro de 1952, mudou-se para a Rua Bahia, n. 720, bairro de Higienópolis. Passados quase 40 anos, em 1989 uma nova mudança aconteceu e a sede passou a situar-se à Rua Irmãos Pilla, no bairro de Tucuruvi (Feasp, 2017).

Em 2011 mudou-se para a Rua Ararituaguaba, nº 804, no bairro Vila Mariana, (EPA, 2024), seu endereço atual. A Escola Paulista permanece em funcionamento e desde 1937 formou mais de 8700 agrimensores (EPA, 2024).

O número de alunos, embora de ensino particular, sempre foi relevante para manter a sua existência e permitiu sua existência durante todos estes anos. Inicialmente com curso noturno e com apelo de oferecer um curso superior em três anos certamente atraía muitos candidatos. Um anúncio de 1945, típico da época, é apresentado na Figura 7. Trata-se de um chamado para uma segunda turma do curso.

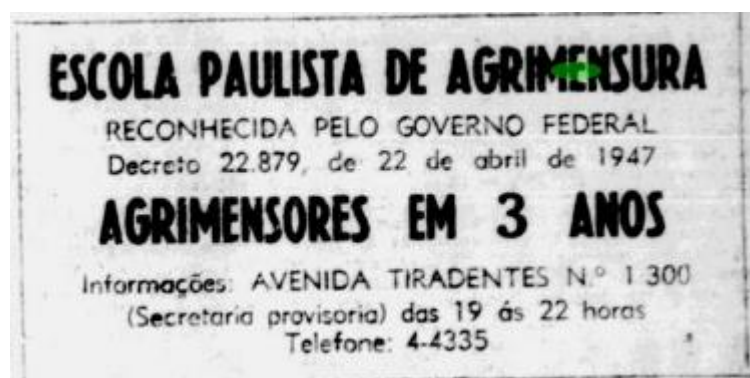
Figura 7: Anúncio de matrículas na Escola Superior de Agrimensura



Fonte: Jornal Correio Paulistano 4 de março de 1945, p. 23

Quando de seu reconhecimento como um curso técnico, em 1947, além da mudança de nome, a escola passou a divulgar as vantagens da formação concomitante do científico, técnico em agrimensura e professor do ensino industrial. A chamada nos jornais destaca o Decreto de reconhecimento e a formação em 3 anos (Figura 8).

Figura 8: Anúncio de chamada para matrícula no curso de agrimensura da Escola Paulista de Agrimensura



Fonte: Diário da noite 8 de março de 1947, p. 9

A instituição participou dos movimentos para a criação de fundações e entidades ligadas ao ensino técnico e apoiou os alunos na participação em eventos de escolas técnicas (Diário de notícias, 1960, p.11), na criação de um centro acadêmico (Jornal de notícias, 1949, p.7), de um time de futebol (Diário da noite, 1947, p.8) e um de basquete (Diário da noite, 1946, p.6) para disputar torneios amadores.

Atenta à demanda profissional devido às atribuições, anos depois a escola adotou a estratégia de criação de um curso de Engenharia de Agrimensura denominada Faculdade de Engenharia e Agrimensura de São Paulo (Feasp). O mesmo procedimento foi adotado em vários cursos técnicos, inclusive em escolas

públicas que se mantem em atividade até os dias atuais (Faculdades Logatti, 2022; FEASP, 2017; FEAMIG, 2022).

6.3 ESCOLA TÉCNICA DE AGRIMENSURA DO PARÁ

A Escola Técnica de Agrimensura do Pará (ETAP) foi fundada em 10 de julho de 1947 pela Sociedade Civil Veterinária e instalada a 11 de março de 1948. Em 1950, o Decreto nº 28907, concedeu reconhecimento para o funcionamento do curso técnico de agrimensura. (Brasil, 1950). A escola funcionava no prédio do Ginásio Visconde de Souza Franco (

Figura 9), em Belém, mantido pela mesma sociedade civil.

Figura 9: Fachada do Ginásio Visconde de Souza Franco, escola que ofereceu o primeiro Curso Técnico de Agrimensura do estado do Pará.



Fonte: <https://fauufpa.org/2011/09/01/in-post-15/>

Neste mesmo local, conforme consta em FAU-PA (2011):

hospedou o Centro Propagador das Ciências, a Escola Normal Visconde de Souza Franco, a Escola Técnica de Agrimensura do Pará e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará; bem como o Ginásio Souza Franco e a escola de aplicação da FFCL (FAU-PA, 2011 p. 1).

A entrada no curso de agrimensura com três anos de duração se dava através de exames vestibulares. Em 1951, a Escola publicou no jornal o Liberal as datas para inscrição para os exames vestibulares e detalhes sobre a admissão no curso (ETAP, 1951, p. 2), conforme a Figura 10.

Figura 10: Chamada para exames vestibulares na Escola Técnica de Agrimensura do Pará.



Fonte: Jornal o Liberal de 11 de janeiro de 1951, p. 2

Anos depois, em 1967, a escola passou à tutela do Estado, com a denominação de Colégio Estadual Visconde de Souza Franco e se tornou uma das principais escolas públicas de Belém, mais tradicional e referência no ensino (Soufran, 2013). A grade curricular do curso era a determinada pelo Ministério da Educação e formou técnicos em agrimensura até o ano de 1968.

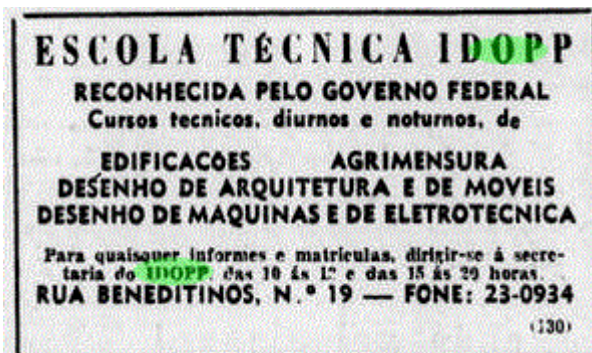
Com a sociedade encampada inicialmente pelo Estado do Pará e posteriormente pela União, a partir de 1966 o curso foi transferido para a Escola Industrial Federal do Pará, que o mantém em atividade até os dias de hoje no Campus Belém do Instituto Federal do Pará. Entre os anos de 1955 e 1967 os formandos do curso de agrimensura representavam 11% dos formados no ensino industrial no estado do Pará.

6.4 INSTITUTO DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E PROFISSIONAL

A Escola Técnica Instituto de Orientação Pedagógica e Profissional (IDOPP) fundada em 1937 e mantida pelo Instituto de Orientação Pedagógica e Profissional da fundação Professor Leoni Kaseff ministrava vários cursos profissionais. Dentre os oferecidos, dois pertenciam à área de infraestrutura: edificações, tendo formado a primeira turma no país, e o de agrimensura (A Casa, 1945).

O decreto nº 27435, de 16 de novembro de 1949, concedeu o reconhecimento às Escolas Técnicas Reunidas, mantidas pelo IDOPP, sendo este o termo que permitiu a diplomação e atuação de agrimensores e demais técnicos depois de formados (Brasil, 1949). A Figura 11 traz uma publicação de 1950 divulgando o curso de Agrimensura e os outros oferecidos na instituição.

Figura 11: Anúncio da Escola Técnica IDOPP divulgando os cursos oferecidos.



Fonte: Jornal O Jornal 26 de novembro de 1950, p. 3

A escola divulgava seus cursos com os mesmos argumentos da Escola Paulista por oferecer aos alunos, depois de formados, o direito de registrar-se profissionalmente no CREA, no MEC e receber o registro para atuar como professor do ensino industrial. Na Figura 12 apresenta-se um anúncio com estas possibilidades profissionais oferecidas aos ingressantes dos cursos técnicos.

Figura 12: Anúncio dos direitos dos técnicos publicado pela Escola Técnica IDOPP.



Fonte: Jornal Correio da Manhã 19 de janeiro de 1958 p. 8

A formação possibilitava ainda o exercício profissional em funções públicas sem exames de capacidade, além de habilitá-los a projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos e atuar como perito em vistorias e arbitramentos. Esta escola manteve o ingresso no curso de agrimensura até o ano de 1966.

6.5 ESCOLA DE AGRIMENSURA DE ARARAQUARA

Em junho de 1946, por iniciativa do senhor Bento de Abreu Sampaio Vidal, foi realizada uma reunião com a prefeitura da cidade de Araraquara e engenheiros para propor uma escola de agrimensura com sede no município. A ideia surgiu depois do Decreto de 1945, que orientou a criação de cursos nesta área (O Estado de São Paulo, 1946, p.6).

Organizados institucionalmente, a Escola Técnica de Agrimensura de Araraquara, com sede em Araraquara, cidade pertencente ao Estado de São Paulo, recebeu autorização do Ministério da Educação para formar agrimensores a partir do Decreto nº 30941, de 3 de junho de 1952 (Brasil, 1952). O curso criado era noturno, visando torná-lo acessível aos interessados que trabalhassem durante o dia.

A instituição deu origem a uma sociedade com trinta membros sem direito a lucros, pois toda a renda percebida deveria ser aplicada no desenvolvimento e aperfeiçoamento do curso.

Ao longo de sua existência foram incorporados outros cursos técnicos de várias áreas (Faculdades Logatti, 2022, p.1). Com a expansão das atividades da sociedade foi criada a primeira Escola Superior de Agrimensura, assim como aconteceu com a Escola Paulista e, como se observará em seguida, com a Escola Álvaro Silveira. Atualmente o curso técnico e o curso de engenharia de agrimensura estão vinculados as faculdades Logatti.

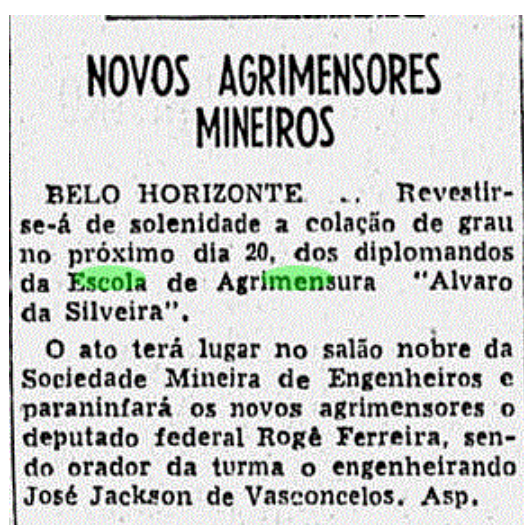
6.6 ESCOLA TÉCNICA ÁLVARO DA SILVEIRA

A Escola Técnica Álvaro da Silveira foi fundada em 1950 destinada a formar técnicos em agrimensura. Sua denominação homenageava o professor Álvaro Astolfo da Silveira, autor de vários livros, entre eles, um de topografia.

Em 1953, o Decreto nº 34462, de 4 de novembro concedeu reconhecimento à Escola Técnica Álvaro da Silveira, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A mantenedora da escola era o Instituto Técnico Álvaro da Silveira (Brasil, 1953). Em 1954 a primeira turma de técnicos é formada. O registro ilustrado na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Figura 13 apresenta a divulgação da colação de grau.

Figura 13: Anúncio da colação de grau da primeira turma formada na Escola de Agrimensura Álvaro da Silveira.



Fonte: Jornal Correio da Manhã (Rio de Janeiro) 13 de dezembro de 1956, p. 14

Em 1962 é criado um curso superior em agrimensura, anexo à Escola Técnica, instituição de renome, que em 1963 foi considerada de utilidade pública. Décadas mais tarde, em 1991, a escola passou-se a chamar Feamig, sendo o curso de agrimensura atualmente ofertado na modalidade à distância (Feamig, 2022).

7 A TENTATIVA DE EXTINÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS DE AGRIMENSURA

Ainda que em pleno funcionamento e devidamente registrados no Ministério da Educação, em 1955 os cursos técnicos em Agrimensura estiveram sujeitos à alteração quanto ao nível da oferta de ensino.

Um projeto de lei para a criação de um curso superior de agrimensura trazia vários argumentos contrários ao ensino de agrimensura em um nível técnico (Câmara dos Deputados, 1955, p.3-4) dentre os quais pontuava-se que:

- viola as regras do bom senso e não responde a nenhum critério de classificação pedagógica e profissional;
- nada autoriza a sua inclusão nos planos de um sistema cuja finalidade é a de habilitar trabalhadores especializados da indústria, sem preocupação da investigação teórica e dos rigores científicos;
- o currículo oficial é incomparavelmente mais árduo e mais complexo que os dos demais cursos técnicos;
- trata-se de um currículo restrito, defeituoso e incompleto, comprometendo a eficiência do curso.

No parecer do projeto, que alegava buscar a regulamentação profissional, indicou-se ser o agrimensor um profissional liberal de natureza e grau equivalentes ao de engenheiros e arquitetos. O parecer ainda questionava a ausência do técnico em agrimensura na Resolução n. 51 do Crea, expedida em 1946, que aborda sobre o exercício profissional do técnico de nível médio (Câmara dos Deputados, 1955, p.16).

Em 1957, foi aprovada no congresso a Lei n° 3144 que criou o curso superior em agrimensura. artigo 6° da Lei n° 3144, de 20 de maio de 1957 (Brasil, 1957), determinava-se que “A partir da publicação desta lei será extinto, progressivamente, o Curso Técnico de Agrimensura, com a cessação da matrícula na primeira série”. Este artigo foi vetado pelo presidente sendo mantido deste então os dois níveis de ensino – médio (técnico) e superior. (Brasil, 1957).

A mesma Lei assegurou, por meio dos artigos 9° e 10° que técnicos diplomados pela lei de 1945 até os diplomados em 1957 teriam o direito de prestarem exames de suficiência. Se aprovados, poderiam requerer o diploma de Engenheiro Agrimensor.

Novamente, a Escola Paulista de Agrimensura convidou os seus diplomados para prestarem os exames de suficiência e requererem seus diplomas, conforme publicação ilustrada na Figura 14.

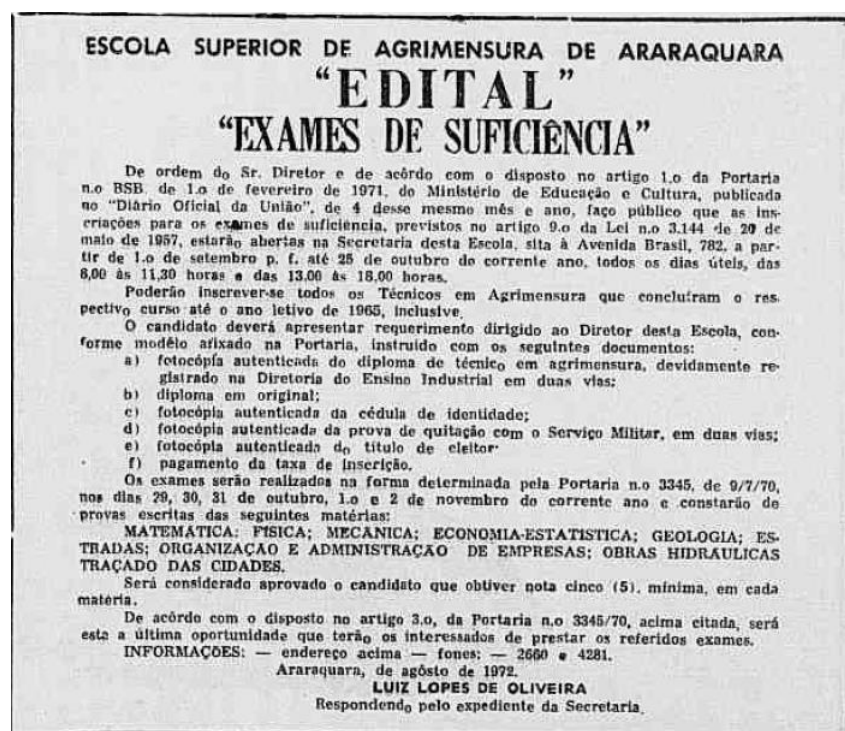
Figura 14: Convite para registro e exame de suficiência oferecido na Escola Paulista de Agrimensura.



Fonte: Jornal A Gazeta Esportiva 2 de setembro de 1957, p. 28

A Escola Superior de Agrimensura de Araraquara também lançou seu edital com a mesma finalidade, conforme se tem registro (Figura 15), sendo a única autorizada a realizar os exames no país, segundo seus anúncios.

Figura 15: Edital para exames de suficiência para acessar a Escola Superior de Agrimensura de Araraquara.



Fonte: Jornal Diário do Paraná 13 de outubro de 1972, p. 5

O quantitativo de técnicos que realizaram os exames de suficiência para obterem o título de engenheiro e quais escolas ofereceram estes exames certamente é tema de pesquisas mais específicas.

Apesar da tentativa de extinção os cursos técnicos de agrimensura, em 1964 o Ministério da Educação, por meio da sua Diretoria de Ensino Industrial publicou uma portaria com uma relação, apresentada no Quadro 5, de estabelecimentos de ensino industrial e seus respectivos cursos técnicos legalmente autorizados a funcionar e a emitir diplomas e certificados com validade nacional (DOU, 1964).

Quadro 5: Cursos de agrimensura em março de 1964

Mês/Ano	Escola	Estado
02/1947	Mackenzie	São Paulo
04/1947	Paulista de Agrimensura	São Paulo
11/1949	IDOPP	Rio de Janeiro
11/1950	Colégio Técnico industrial Visconde de Sousa Franco	Pará
06/1952	Agrimensura de Araraquara	São Paulo

11/1953	Álvaro da Silveira	Minas Gerais
1960	Instituto politécnico Estadual	Paraná
1958	Escola Técnica Federal de Goiás	Goiás
1964	Liceu Pedro II Sorocaba	São Paulo

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Percebe-se a ampliação de estados que passaram a ofertar o curso de agrimensura em nível técnico - devidamente regulamentado. Antes reduzido a São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Minas Gerais, na ocasião já se contava com unidades de ensino também no Paraná e em Goiás, além de mais uma unidade no Estado de São Paulo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros registros de um estabelecimento responsável pela emissão de diplomas para agrimensores são datados de 1874, quando da regulamentação da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, habilitada também para aplicar o exame de avaliação aos estudantes de outras instituições. A escola de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul e Escola Politécnica de Ouro Preto de Minas Gerais, que encaminhavam seus alunos à Escola Polytechnica do Rio de Janeiro com essa finalidade, anos mais tarde passaram a aplicar exames práticos e teóricos para validar os conhecimentos e emitir o diploma de agrimensor aos seus egressos.

Ainda que fossem diplomados agrimensores, falta de padronização de um currículo mínimo necessário para ensino da profissão perdurou até que em 1933 foi exigido das instituições o reconhecimento destes cursos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública.

O entendimento da época direcionava para formação em nível superior, uma vez que as atribuições dos cursos de nível técnico foram reduzidas. A renomada Escola Superior de Agrimensura de São Paulo, atuante ainda hoje, foi uma das instituições que buscou formar agrimensores em nível superior, porém, o pleito não foi acatado, sob alegação de que a formação devia compor o nível industrial de ensino.

Frente à determinação, padronizou-se o currículo para atender os conhecimentos necessários à formação, porém, algumas disciplinas iniciais se mantiveram por muitos anos sem ter relação direta com o trabalho dos agrimensores.

Nesta época, com a regularização da oferta em nível técnico, seis escolas passaram a oferecer o ensino de agrimensura, diplomando seus egressos para o exercício da profissão, muitos deles criados pela iniciativa privada.

É o caso do curso oferecido pela Instituição Mackenzie, pioneira no ensino técnico, seguida da Escola Paulista de Agrimensura – antiga Escola Superior de Agrimensura, que passou a ofertar o curso em nível técnico. Ainda em São Paulo, na cidade de Araraquara, a escola de Agrimensura que leva o nome do município também foi uma das primeiras a ofertar o curso no país. Nos demais estados, Rio de Janeiro contou com o IDOPP (Instituto de Orientação Pedagógica e Profissional da fundação Professor Leoni Kaseff); Minas Gerais sediou o Curso de Agrimensura na Escola técnica Álvaro da Silveira; e o Pará ofereceu o curso de Agrimensura na Escola

Técnica de Agrimensura do Pará. Estas são as instituições que legalmente ofertaram por primeiro a formação em agrimensura nível técnico no Brasil.

Em 1955, voltou-se a discutir sobre a exigência de formação superior para o exercício da agrimensura, prevendo a extinção do ensino em nível técnico. Em 1957, apesar da criação do curso superior em agrimensura, a lei aprovada vetou a intenção de suprimir o ensino em nível técnico, garantindo a oferta em os dois níveis de ensino – médio (técnico) e superior.

Mantendo-se os cursos de nível técnico em atuação, em 1964 o Ministério da Educação, por meio da sua Diretoria de Ensino Industrial publicou uma portaria com uma relação de estabelecimentos de ensino industrial. Na ocasião já se somavam nove instituições de ensino de nível técnico no país, considerando a inclusão do Instituto Politécnico Estadual, no Estado do Paraná; Escola Técnica Federal de Goiás, em Goiás; e Liceu Pedro II Sorocaba, no Estado de São Paulo.

Muitas outras instituições surgiram e se mantem atuante em prol do ensino do ofício da agrimensura, que desde então se consolidou legalmente como formação de nível técnico, plenamente capaz de atender as demandas práticas e aplicadas da profissão.

Agradecimento ao Centro Histórico e Cultural Mackenzie

REFERÊNCIAS

A CASA. Colação de grau da primeira turma de técnicos de construção, formada pelo IDOPP. **Revista A Casa**, 20 de dezembro de 1944. Rio de Janeiro, nº248, ano XXIII, p. 2 a 4, janeiro de 1945

BRASIL. **Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854**. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Rio de Janeiro, RJ: 1854. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm. Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.198, de 16 de dezembro de 1863**. Approva as instrucções para nomeação de Agrimensores. Rio de Janeiro, RJ: 1863. Disponível em: www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM3198.htm. Acesso em: 2 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.600, de 25 de abril de 1874**. Dá estatutos á Escola Polytechnica. Rio de Janeiro, RJ: 1874. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5600-25-abril-1874-550207-publicacaooriginal-65869-pe.html. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.922, de 1º de junho de 1878.** Determina que os exames de Agrimensores de terras publicas sejam prestados na Escola Polytechnica e no Curso de Infantaria e Cavallaria da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul e que por aquella se expeçam os respectivos titulos. Rio de Janeiro, RJ: 1878. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/579274/publicacao/15816554>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.827, de 31 de dezembro de 1887.** Regula as habilitações para o exercicio da profissão de Agrimensor. Rio de Janeiro, RJ: 1887. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9827-31-dezembro-1887-543352-publicacaooriginal-53579-pe.html. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 1.531, de 15 de outubro de 1906.** Determina que os candidatos á matricula nos cursos de pharmacia, odontologia, obstetricia, bellas-artes e agrimensura exhibirão, nas escolas respectivas, a certidão de que foram aprovados no exame geral das materias que, para cada um destes cursos, são actualmente exigidas, e dá outras providencias. Rio de Janeiro, RJ: 1906. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1531-15-outubro-1906-583252-publicacaooriginal-106058-pl.html. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933.** Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Rio de Janeiro, RJ: 1933. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23569.htm. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8.673 de 3 de fevereiro de 1942.** Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial. Rio de Janeiro, RJ: 1942. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-8673-3-fevereiro-1942-459565-norma-pe.html. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 20.178 de dezembro de 1945.** Altera o Decreto nº 8.673, de 3 de fevereiro de 1942 e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: 1945. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20178-12-dezembro-1945-327318-norma-pe.html. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 22.546 de 7 fevereiro de 1947.** Concede reconhecimento ao curso técnico de Agrimensura da Escola Técnica Mackenzie, de São Paulo. Rio de Janeiro, RJ: 1945. Disponível em: www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/112244-concede-reconhecimento-ao-curso-tucnico-de-agrimensura-da-escola-tucnica-mackenzie-de-suo-paulo.html. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 27.435 de 11 de novembro de 1949.** Concede reconhecimento à Escola Técnica IDOPP, com sede no Distrito Federal. Rio de Janeiro, RJ: 1949. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-27435-16-novembro-1949-452842-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 30.941 de 3 de junho de 1952.** Concede reconhecimento à Escola Técnica de Agrimensura de Araraquara. Rio de Janeiro, RJ: 1952. Disponível em: www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/1Diário das leis - Concede reconhecimento à Escola Técnica de Agrimensura de Araraquara.html. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 34.462 de 4 de novembro de 1953.** Concede reconhecimento à Escola Técnica Álvaro da Silveira, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, RJ: 1952. Disponível em: legis.senado.leg.br/norma/457056/publicacao/15811811. Acesso em: 2 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.144 de 20 de maio de 1957.** Determina seja ministrado o Curso Superior de Agrimensura em todo o País em estabelecimentos de ensino superior, oficiais, equiparados ou reconhecidos, e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: 1957. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3144.htm. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 28.907 de 29 novembro de 1950.** Concede reconhecimento à escola Técnica de Agrimensura do Pará. Rio de Janeiro, RJ: 1950. Disponível em: www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/108383-concede-reconhecimento-u-escola-tucnica-de-agrimensura-do-paru.html. Acesso em: 2 dez. 2023.

BRITO, Rosa Mendonça. **100 ANOS UFAM.** 1a. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Reforma do ensino secundario e superior: parecer e projecto (relativo ao Decreto nº 7247 de 19 de abril de 1879) apresentado em sessão de 13 de abril de 1882.** Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 13 abr. 1882. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242371. Acesso em: 11 dez. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto nº 773 de 1955.** Institui o curso superior de agrimensura e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: 1955.

CAPANEMA, Gustavo. **As bases da organização do ensino Industrial no Brasil. As escolas Industriais e as Escolas Técnicas.** Rio de Janeiro: Gabinete do MES. 1943. CPDOC. Doc. avulsos. Série I. Folheto n.1. Doc. 2.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU): **Seção I, p. 1100**, 22 de janeiro de 1946. Rio de Janeiro. 1946.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU): **Seção I, p. 1**, 28 de abril de 1947. Rio de Janeiro. 1947.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU): **Seção I, Parte I**, 11 de março de 1964. Rio de Janeiro. 1964.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Diário escolar. **Diário de notícias**, 4 de fevereiro de 1960. São Paulo, 1960.

DIÁRIO DA NOITE. Caderno de esporte. **Diário da noite**, 27 de fevereiro de 1946. São Paulo, 1946.

DIÁRIO DA NOITE. Caderno de esporte. **Diário da noite**, 28 de maio de 1947. São Paulo, 1947.

ESCOLA DE AGRIMENSURA. **Documento contendo as cadeiras do Curso Regular da Escola de Agrimensura**. São Paulo, 1940.

ESCOLA PAULISTA DE AGRIMENSURA (EPA). **Escola Paulista de Agrimensura, c2024. Página inicial**. Disponível em: <http://escolapaulistaagrimensura.org.br/>
Acesso em: 12 jan. 2024.

ESCOLA TÉCNICA DE AGRIMENSURA DO PARÁ (ETAP). Anúncio de exames vestibulares. **Jornal o Liberal**, 11 de janeiro de 1951. Belém, 1951.

ESCOLA TÉCNICA MACKENZIE. **Relatório do ano de 1947 da Escola Técnica Mackenzie**. São Paulo, 1947.

ESCOLA TÉCNICA MACKENZIE. **Relatório do ano de 1948 da Escola Técnica Mackenzie**. São Paulo, 1948.

ESCOLA TÉCNICA MACKENZIE. **Relatório do ano de 1954 da Escola Técnica Mackenzie**. São Paulo, 1954.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (FAU-PA). **Laboratório Virtual – FAU ITEC UFPA Colégio Souza Franco; um pedaço da UFPA (IN POST)**. Belém, 2011. Disponível em: <https://fauufpa.org/2011/09/01/in-post-15/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FACULDADE DE ENGENHARIA E AGRIMENSURA DE SÃO PAULO (FEASP). **Plano de desenvolvimento institucional projeto pedagógico institucional pdi/ppi janeiro - 2017 / dezembro – 2021**. São Paulo, 2017.

FACULDADES LOGATTI. **Institucional**. Araraquara, 2022. Disponível em: <https://www.FaculdadesLogatti.com.br/Institucional.htm>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FEAMIG. **Instituto Educacional Cândida de Souza**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: [https:// Historico – Feamig1.htm/](https://Historico-Feamig1.htm/). Acesso em: 05 jan. 2024.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. 5 vols. Rio de Janeiro. SENAI, 1986.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Educação e cultura. **Jornal de notícias**, 8 de outubro de 1949. São Paulo, 1949.

MACKENZIE. **Relatório do ano de 1948 da Escola Técnica Mackenzie**. São Paulo, 1948.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE (MES). **Parecer nº 103, devido ao processo nº 107/39 e anexos, relativos a Escola Superior (?) de Agrimensura do Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro. 1945.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE (MES). **Parecer nº 223, devido ao processo nº107/39 e anexos, relativos a Escola Superior de Agrimensura do Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro. 1945.

O ESTADO DE SÃO PAULO. A fundação de uma escola de agrimensura em Araraquara. **O Estado de São Paulo**, 4 de junho de 1946. São Paulo, 1946.

REVISTA MACKENZIE. **Escola Técnica: Cursos Técnicos**. São Paulo, 1947-1948.

SOUFRAN. **Nossa história**. Belém, 2013. Disponível em: <https://soufran.wordpress.com/nossa-historia/> Acesso em: 05 jan. 2024.

VIEIRA, Amalze de Hollanda. **Instituto Polytechnico no contexto sócio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: A&P, 1986.